



ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
URFBio Centro Sul - Núcleo de Apoio Regional Tiradentes

AUTORIZAÇÃO

DAIA - DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nº DAIA: 2100.01.0035469/2022-27

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **Centro Sul**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado o **DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL	NÚMERO DO PROCESSO DE DAIA	UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO
Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP e corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	2100.01.0035469/2022-27	NAR Tiradentes

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: MINERAÇÃO NEW STONE LTDA	CPF/CNPJ: 03.876.933/0002-16
Endereço: FAZENDA LIMEIRA	Bairro: ZONA RURAL
Município: OLIVEIRA FORTES	UF: MG
	CEP: 36250-000

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: GERALDO PEDRO FERNANDES	CPF/CNPJ: 003.910.806-60
Endereço: FAZENDA LIMEIRA	Bairro: ZONA RURAL
Município: OLIVEIRA FORTES	UF: MG
	CEP: 36250-000

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: FAZENDA LIMEIRA	Área Total (ha): 17,3685
Registro nº: 21191 Livro 02 - CRI da Comarca de Santos Dumont	Área Total RL (ha): 3,6088
Município/Distrito: Oliveira Fortes	UF: MG
Coordenada Plana (UTM): 655327/7642594	Datum: SIRGAS 2000
	Fuso: 23K
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3145703-84CD.84FA.2DC9.42A9.AFEE.FD65.AFB1.12F9	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Un
Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP	0,5800	ha
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	5/0,5800	un/ha

5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado à área	Especificação	Área (ha)
Mineração	Rocha ornamental	1,1600

6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(S) ÁREA(S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Área (ha)	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional, quando couber	Área (ha)
Mata atlântica	1,1600	Área antropizada		1,1600
Total:	1,1600		Total:	1,1600

7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de floresta nativa		3,55	m ³

8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA

Nome: Ricardo Elói de Araújo

9. VALIDADE

Data de Emissão: 26/08/2022

Validade: 3 (três) anos OU vinculado ao Licenciamento Ambiental

10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA

Tipo de intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Planta (UTM)	
			X	Y
Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	SIRGAS 2000	23K	655327	7642594
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	SIRGAS 2000	23K	655480	7642560

11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)

Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental é válido mediante cumprimento integral das seguintes condicionantes:

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Dar manutenção periódica e preventiva dos motores de equipamentos, de modo a evitar a contaminação indesejável dos recursos hídricos e do solo por óleos e graxas	Durante a intervenção ambiental e operação do empreendimento
2	Realizar a lavra em bancadas para reduzir o contraste com a paisagem natural do terreno	Durante a operação do empreendimento
3	Depositar os rejeitos e estéril em uma configuração e uma forma de disposição com alturas mínimas, e isolada do resto do empreendimento, minimizando o impacto visual.	Durante a operação do empreendimento
4	Depositar adequadamente os resíduos sólidos gerados em local específico e pré-definido, preferencialmente longe de cursos d'água, e em locais de relevo menos acidentado possível, de modo a resultar em uma alteração morfológica restrita, conforme projeto de lavra	Durante a operação do empreendimento
5	Proteger a fauna local, não permitindo a caça em qualquer época e não colocando alimentos à disposição, e nem mesmo a pesca em época proibida e/ou praticada inadequadamente	Durante a intervenção ambiental e operação do empreendimento
6	Dar destinação adequada para o lixo gerado, constituído pelo lixo doméstico e por outros materiais como papel, plástico, vidro e sucatas não contaminadas	Durante a intervenção ambiental e operação do empreendimento
7	Implantar cortina verde ao redor do empreendimento	Durante a operação do empreendimento
8	Separar e estocar adequadamente o horizonte A do solo resultante do decapeamento para aproveitamento posterior, na fase de revegetação	Durante a operação do empreendimento
9	Implantar a medida compensatória proposta, delimitando fisicamente a área para impedir a entrada de gado	Imediatamente após a concessão do DAIA
10	Executar o depósito de estéril e rejeito através da conjugação de uma deposição em "ponta de aterro" com uma configuração final de bancadas ascendentes	Durante a operação do empreendimento
11	Implantar um sistema de drenagem eficiente, com base em projeto, das águas pluviais para a bacia de contenção (ou sistema de condução), de forma a conter ou impossibilitar futuros focos erosivos	Durante a operação do empreendimento
12	Conduzir a lavra em bancadas de modo a suavizar os paredões verticalizados	Durante a operação do empreendimento
13	Reabilitar a área degradada após a exaustão da lavra	Imediatamente após a exaustão da mina

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

Medidas Mitigadoras

- Utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs) pelos trabalhadores.com proteção auricular restringe os efeitos dos sons, minimizando qualquer problema auditivo que possa ocorrer.
- Realização da lavra em bancadas para reduzir o contraste com a paisagem natural do terreno.
- Deposição de rejeitos e estéril em uma configuração e uma forma de disposição com alturas mínimas, e isolada do resto do empreendimento, minimizando o impacto visual.
- Deposição adequada dos resíduos sólidos gerados em local específico e pré-definido, preferencialmente longe de cursos d'água, e em locais de relevo menos acidentado possível, de modo a resultar em uma alteração morfológica restrita, conforme projeto de lavra.
- Destinação adequada para o lixo gerado, constituído pelo lixo doméstico e por outros materiais como papel, plástico, vidro e sucatas não contaminadas.
- Implantação de cortina verde ao redor do empreendimento.
- Separação e estocagem adequada do horizonte A do solo resultante do decapeamento para aproveitamento posterior, na fase de revegetação.
- Execução do depósito de estéril e rejeito através da conjugação de uma deposição em "ponta de aterro" com uma configuração final de bancadas ascendentes.
- Implantação de um sistema de drenagem eficiente, com base em projeto, das águas pluviais para a bacia de contenção (ou sistema de condução), de forma a conter ou impossibilitar futuros focos erosivos.
- Condução da lavra em bancadas de modo a suavizar os paredões verticalizados.
- Reabilitação da área degradada após a exaustão da lavra.

12. OBSERVAÇÕES: O empreendedor apresentou um PRADA (documento 51195558) a ser implantado em uma área de 0,6000 ha, dentro da APP de uma nascente existente no imóvel. O PRADA contempla conjuntamente a compensação ambiental por intervenção em APP (0,5800 ha) e por supressão de 3 indivíduos de ipê amarelo (*Handroanthus ochraceus*), espécie protegida pela Lei Estadual 9743/1988, alterada pela Lei Estadual 20308/2012.

"ESTE DOCUMENTO SÓ TEM VALIDADE QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO E DAS ÁREAS ESPECIALMENTE PROTEGIDAS (RL, APP, ÁREAS AVERBADAS EM REGIME DE SERVIDÃO)"

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis

Documento emitido eletronicamente conforme diretrizes estabelecidas pelo Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde referente ao Coronavírus (Covid-19), Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (Coes) e demais órgãos de saúde municipais, estaduais e federais.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Ayres Loschi, Chefe Regional**, em 16/09/2022, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **52933219** e o código CRC **8A2F905A**.